

Reflexões sobre autoria e autoridade jornalística¹

Alba Livia Tallon Bozi

Brasileira, jornalista, mestranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

albalivia@hotmail.com

Resumen

Este estudio pretende discutir la cuestión de la autoría, utilizando como referencia las ideas de Barthes, Foucault y Benjamin. Analizar las relaciones entre autor y texto y las limitaciones impuestas por la asociación obra-autor. Discutir la cuestión de la autoría y cómo esa autoría perdió sentido como propiedad. Discutir el tema de la autoría colectiva, que trae consigo la inexistencia de la originalidad en los escritos. Debatir las maneras cómo la colectividad del texto otorga autoridad al periodismo.

Palabras clave: autoría, periodismo

Resumo

Este trabalho pretende discutir a questão da autoria, utilizando como referenciais as ideias de Barthes, Foucault e Benjamin. Analisar as relações impostas pela associação obra-autor. Discutir a questão da autoria e como essa autoria perdeu sentido enquanto propriedade. Discutir o tema da autoria coletiva, que traz consigo a inexistência da originalidade nos escritos. Debater as maneiras como a coletividade do texto outorga autoridade ao jornalismo.

Palavras chave: Autoria, Jornalismo.

Abstract

This work intends to discuss the issue of authorship, using as a references the ideas of Barthes, Foucault and Benjamin. It pretends to analyze the relationship between author and text and the limitations imposed by that relation. It pretends to discuss the question of the authorship and how this authorship lost its sense of property. It also pretends to discuss the collective authorship, which carries with itself an inexistent originality in its papers. And finally, it pretends to debate on how the collectiveness of the text gives authority to Journalism.

Key words: Authorship, Journalism

1. A questão da autoria

O surgimento da escrita representou enorme avanço para diversos campos de conhecimento, pois indicava a possibilidade de registrar pensamentos, histórias e informações, e deixá-las às gerações futuras. Com ela, passou-se a se exigir menos da memória oral e conquistou-se a segurança da permanência de tais registros.

Com o nascimento da escrita, surgiu também a figura do Autor, aquele que registra seus pensamentos por meio de signos gráficos. Neste artigo, não nos aprofundaremos na natureza histórico-sociológica do Autor a personagem, mas pretendemos discutir as transformações sofridas por essa personagem, resultantes das transformações do sistema de escrita, desde seu surgimento, passando pela invenção da imprensa até chegar à contemporaneidade, momento em que o sistema linear de escrita passa por uma reestruturação, fruto dos avanços tecnológicos. Inicialmente, vamos expor algumas possíveis definições de Autor, levantadas junto aos textos selecionados. Sempre que formos fazer referência ao Autor enquanto personagem, utilizaremos a inicial maiúscula, mesmo quando estiverem em citações.

Produto do contexto, do cenário, o Autor é visto de diferentes maneiras conforme o lugar e, da mesma forma, apresenta comportamentos diversos de acordo com o local em que se encontra. Roland Barthes (1988: 65-66) destaca que o Autor é uma personagem que varia consoante às sociedades recebendo outras denominações, pois sua designação não é o mais importante do texto. Sua existência trata-se de uma tentativa de valorizar o indivíduo, exaltar a pessoa. Por vezes denominado Autor, essa pessoa passa também a escritor e narrador, considerando-se que não existe Autor tal qual a concepção tradicional determina.

Para Barthes, “o *Autor* é uma personagem moderna, produzida sem dúvida por nossa sociedade na medida em que, ao sair da Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma, ela descobriu o prestígio do indivíduo ou, com se diz mais nobremente, da ‘pessoa humana’”. Ele sustenta que o Autor –personagem responsável pela obra– é uma atribuição não necessária, pois a autoria, de fato, não se completa nele.

Tais considerações atribuem grande importância ao papel do Leitor –o complemento do Autor– como veremos adiante. Levam em conta o argumento de que à realização de um texto não basta a sua escritura, o seu registro, mas sim a compreensão, a

leitura feita por quem está do outro lado. Essas observações não apresentam a originalidade como quesito para a autoria. Ao contrário, afirmam que os escritos nunca são novos, são sempre recortes de idéias já existentes.

Michael Foucault (2001: 276) também defende que a personagem Autor é construída. A função Autor “não se forma espontaneamente como a atribuição de um discurso a um indivíduo. É o resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser de razão que se chama de Autor”.

Barthes e Foucault criticam a estreita associação comumente feita entre Autor e obra, centrada na pessoa, como se a autoria definisse o significado. Para ilustrar isso, Foucault (2001: 278) recorre a uma definição de Autor que ele atribui à crítica literária moderna: “o autor é (...) o princípio de uma certa unidade de escrita. (...) é ainda o que permite superar as contradições que podem se desencadear em uma série de textos. (...) O autor, enfim, é um certo foco de expressão que, son formas mais ou menos acabadas, manifesta-se da mesma maneira, e com o mesmo valor, em obras, rascunhos, cartas, fragmentos etc”.

Seria, então, alguém que personaliza o texto, que dá a ele uma homogeneidade, que imprime características e, com isso, acaba por determinar sentidos. Barthes e Foucault alertam para os riscos representados pelas tentativas de se atribuir significação a um texto, levando em consideração quem o assina.

1.1. Autor e texto

Os autores escolhidos para este artigo apontam para o caminho do Autor enquanto “não pessoa”, livre de amarras denominativas. Definir um

“não ser”, então, não é tarefa das mais fáceis. Mas essa despersonalização do texto faz ver que seu significado independe da intenção de quem o gerou. É, sim, derivado da atividade de leitura.

Desprender o texto da pessoa é, por tanto, a plenificação da autoria: “A escritura é a destruição de toda voz, de toda origem. A escritura é esse neutro, esse composto, esse oblíquo aonde foge o nosso sujeito, o branco-e-preto onde vem se perder toda identidade, a começar pela do corpo que escreve”, define Barthes (1988: 65).

Assim, aquele alguém de quem falamos, personagem deste trabalho, o Autor, não existe: a escrita “se basta a si mesma, e, por conseqüência, não está obrigada à forma da interioridade: ela se identifica com sua própria exterioridade desdobrada”, diz Foucault (2001: 268).

A escrita está, portanto, diretamente ligada à morte do Autor, ao desaparecimento das marcas individuais de quem escreve. As propriedades da escritura extrapolam a relação obra-Autor. Fazem o texto falar, o tornam atemporal, órfão, anônimo, e, desse modo, valorizam seu conteúdo. A não existência do Autor tira do texto a característica de domínio, de algo privado e, mais surpreendente, de algo delimitado. O texto se abre.

Roland Barthes (1988: 67) recorre à lingüística para estruturar essa defesa. Para tal ciência, assim como “eu” é somente aquele que se enuncia “eu”, o Autor é apenas a pessoa que escreve – um instrumento de registro. A enunciação, então, não necessita de interlocutores. “A linguagem conhece

um ‘sujeito’, não uma ‘pessoa’, e esse sujeito, vazio fora da enunciação que o define, basta para ‘sustentar’ a linguagem, isto é, para exauri-la.”

Foucault (2001: 294) trilha o mesmo caminho: “O Autor deve se apagar ou ser apagado em proveito das formas próprias ao discurso”.

Em nossas fontes bibliográficas, encontramos citadas várias assertivas a esse respeito. Curiosamente, a mesma dificuldade que temos identificado para nos referir aos responsáveis pelos textos, eles parecem também encontrar. O próprio Barthes, por exemplo, utiliza outros “escritores”, o que se afina com o conceito que ele traça sobre o escritor, tirando dessa personagem a propriedade sobre qualquer obra original.

Barthes (1988: 66) recorre a Mallarmé, quando este diz que quem fala é a linguagem, e não o Autor, o que privilegia a posição do Leitor. Afinal, se não existe a pré-significação intencional do texto, que aconteceria caso existisse o Autor, a concretização da escritura é feita com a atividade do Leitor. “Uma vez afastado o Autor, a pretensão de ‘decifrar’ um texto se torna totalmente inútil. Dar ao texto um Autor é impor-lhe um travão, é provê-lo de um significado último, é fechar a escritura”, afirma Barthes (1988: 69).

Dar à escrita um Autor, um “dono”, é determinar um discurso, como também defende Foucault (2001: 273-274). “O fato de haver um nome de Autor [...] indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa [...], mas que se

trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo *status*.”

Assim, imputar um texto a alguém, centrar seu mérito na pessoa faz com que determinadas obras tenham valores diferentes e sejam lidas de maneiras diversificadas conforme os lugares. E faz também com que outras obras sejam desconsideradas, desapreciadas, igualmente por causa da autoria a elas atribuídas. Faz ainda com que sejam lidas atreladas ao conhecimento que se tem sobre o Autor.

Livre, desprendido do Autor, o texto precisa fazer-se inteligível, mas não precisa ser decodificado, ter um sentido descoberto. O sentido faz-se na leitura. O significado fica a cargo do leitor. É nele que se concretiza o texto. Logo, é dele grande parte da

**A escrita está,
portanto,
diretamente ligada
à morte do Autor,
ao
desaparecimento
das marcas
individuais de
quem escreve.**

autoria, e não daquele que registrou. Quando Autor e obra se desprendem, o conteúdo torna-se domínio público.

1.2. Autoria coletiva

As idéias acerca da personagem Autor estão ligadas etimologicamente à questão da originalidade. O conceito clássico de Autor envolve a criação, a descoberta, a inovação, a invenção. No entanto, é ponto comum entre os autores estudados que não há nada de original em qualquer escrito. Bem antes deles, o livro do Eclesiastes, na Bíblia, já assegura o mesmo. “Se é encontrada alguma coisa da qual se diz: ‘veja: isto é novo’, ela já existia nos tempos passados” (ECL 1, 10). E isso é o que resulta na autoridade do discurso, e não do Autor.

Desatrelar obra e Autor e, portanto, encontrar outras participações para completar o significado da escritura, deixá-la aberta, é reconhecer a coletividade da autoria. Para os escritores estudados, o texto nada mais é do que um tecido de citações. “Um texto não é feito de uma linha de palavras a produzir um sentido único, de certa maneira teológico, mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é original”, diz Barthes (1988: 68-69). E completa: “o escritor só pode imitar um gesto sempre anterior, jamais original; seu único poder está em mesclar as escrituras, em fazê-las contrariar-se umas pelas outras”.

Para Dominique Maingueneau (1995: 91), “a partir do momento em que a história contada é, em suas linhas gerais, já conhecida pelo público, que não é relacionável a uma fonte única e identificável, a partir do momento em que existem esquemas formulares que toleram variações em função das circunstâncias do desempenho, não é possível esperar encontrar uma ‘obra’ e um ‘Autor’ no sentido em que o entendemos hoje em dia. Num universo dominado pela oralidade, o Autor reatualiza, em função de circunstâncias particulares, algo que ouviu outros recitarem, costura pedaços (fórmulas, listas, episódios [...]) preexistentes”.

Walter Benjamin (1985: 198) não trata do Autor, mas sim do narrador, e parte também da afirmação de que o que é relatado não tem nada de original. “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos.”

A função do Autor não é definida pela atribuição espontânea de um discurso a seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas, defende Foucault (2001: 279-280). “Ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real; ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar.”

Não há produção original, mas há contribuições que têm sua validade perenizada, há Autores que marcam a história com seus escritos, que iniciam um texto, mesmo que não o concluam – deixam-no para o futuro, para a complementação ou contestação. A esses Foucault (2001: 280) chama de “fundadores de discursividade”, os responsáveis por obras com uma cientificidade embutida. “Esses autores têm de particular o fato de que eles não são somente os autores de suas obras, de seus livros. Eles produziram alguma coisa a mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos.”

“Diferentemente da fundação de uma ciência, a instauração discursiva não faz parte dessas transformações ulteriores, ela permanece necessariamente retirada e em desequilíbrio. A consequência é que se define a validade teórica de uma proposição em relação à obra de seus instauradores. [...] a obra desses instauradores não se situa em relação à ciência e no espaço que ela circunscreve; mas é a ciência ou a discursividade que se relaciona à sua obra como as coordenadas primeiras” (FOUCAULT 2001: 283).

O que completa o significado carregado pela escrita é a existência do Leitor – participante ativo da efetivação da autoria. É no Leitor que se encontram as escrituras diversas, é nele que o texto se consolida, como afirma Barthes (1988: 70): “[...] um texto é feito de escrituras múltiplas,

oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente; é o leitor; o leitor e o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura; a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino, mas esse destino não pode mais ser pessoa: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; ele é apenas esse *alguém* que mantém reunidos em um único campo todos os campos de que é constituído o escrito.”

Barthes ainda adverte para a necessidade de inverter o mito: “o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do Autor”. Morre o autor, nasce o leitor. Agora, importa quem lê, como lê.

Michel de Certeau (1994: 266) também atribui grande participação ao Leitor. “O texto só tem sentido graças a seus leitores; muda com eles; ordena-se conforme códigos de percepção que lhe escapam. Torna-se texto somente na relação à exterioridade do leitor.”

O significado, portanto, depende da bagagem de quem lê, dos modos de leitura, das conexões, dos *links* que ele faz com outros conhecimentos. Stuart Hall (2003: 390) discute a relação codificação-decodificação e atribui relevância à tarefa do Leitor. “Antes que essa mensagem possa ter um ‘efeito’ (qualquer que seja sua definição), satisfaça uma ‘necessidade’ ou tenha um ‘uso’, deve primeiro ser apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificada. É esse conjunto de significados



decodificados que ‘tem um efeito’, influencia, entretém, instrui ou persuade, com conseqüências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas ou comportamentais muito complexas.”

Detivemo-nos até aqui à questão da autoria coletiva feita com a participação de quem lê. No entanto, a co-autoria não é atribuída somente ao leitor. Ela se faz também por meio de outros elementos do registro da escrita, como os recursos tipográficos. Esses elementos, resultantes, sobretudo, da evolução técnica que chegou à imprensa, tiram do texto a caracterização individual e reforçam a idéia da multiplicidade.

Com a tipografia, o fantasma da morte do autor, de seu desaparecimento por trás do acabamento de seu texto, pode correr livremente, diz Dominique Maingueneau (1995: 97-98). “Apenas o fato de colocar as notas no rodapé, em vez de cercar o texto de glosas, compromete uma certa definição do autor: a partir de então, hierarquiza-se claramente o texto do autor propriamente dito e a intervenção do comentador. Ao lado do caráter romano, forma de certo modo não-marcada, a partir de meados do século XVI reserva-se o itálico para usos determinados: as notas e os comentários, mas também a poesia e, mais amplamente, entre uma palavra ‘direta’, a do autor, e uma palavra ‘indireta’.”

1.3. Autoria no jornalismo

Ao longo da história da escrita, encontramos diversos estilos de texto e, nos antigos, prevalecia a conceituação da autoria. Pelos debates já expostos até aqui, porém, percebemos como tal preocupação se transformou e como se deu o descentramento da personagem Autor.

No decorrer da história, o Autor passou a ser visto como escritor e narrador, exatamente porque esses dois não carregam a obrigação da originalidade, da invenção. Atuam como organizadores de pensamentos, instrumentos para o registro das idéias preexistentes.

Mesmo com a existência do escritor ou do narrador, as intenções dos textos por eles registrados eram diferentes das que surgiram na modernidade. Mesmo não intencionalmente, os textos nos modelos antigos

atribuíam significativa importância ao papel do Leitor, que, livremente, fazia interpretações, decodificava uma obra. Na narrativa, a história é substituída pela interpretação, sem preocupação com o encadeamento exato de fatos. Assim, a escrita era atemporal, sempre atualizada, sobrevivia, recebia novas leituras.

Para Walter Benjamin (1995: 200), “o narrador é um homem que sabe dar conselhos”, é o sábio, e toda narrativa tem funções utilitárias: “ensinamento moral, sugestão prática, provérbio ou norma de vida”. Benjamin afirma, porém, que tais funções já não podem ser cumpridas na contemporaneidade e atribui o definhamento da arte de narrar à morte da sabedoria. “Esse processo, que expulsa gradualmente a narrativa da esfera do discurso vivo e ao mesmo tempo dá uma nova beleza ao que está desaparecendo, tem se desenvolvido concomitantemente com toda uma evolução secular das forças produtivas.”

Essas mudanças levaram a uma nova forma de comunicação, resultante da supremacia do capital e, portanto, símbolo da consolidação da burguesia: a informação. Para Benjamin (1995: 202), essa forma representa ameaça grave à narrativa. Ela se detém ao fato e, desse modo, envelhece. A obra se perde, é temporal, passageira. Esse novo modelo já não dá importância à liberdade do Leitor, não deixa a ele a interpretação. Seu objetivo é explicar demais e minimizar a necessidade de decodificação pelo Leitor.

“O saber, que vinha de longe – do longe espacial das terras estranhas, ou do longe temporal contido na tradição –, dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência. Mas a informação aspira a uma verificação imediata. Antes de mais nada, ela precisa ser compreensível ‘em si e para si’. Muitas vezes não é mais exata que os relatos antigos. Porém, enquanto esses relatos recorriam freqüentemente ao miraculoso, é indispensável que a informação seja plausível. Nisso ela é incompatível com o espírito da narrativa. Se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio” (Cf. BENJAMIN 1985: 202-203).

A prática jornalística é exemplo disso. Dá importância excessiva à informação, aos fatos. É a ausência do Autor, a representação da autoria coletiva. Mas, diferentemente de outros estilos literários, no caso do jornalismo, a construção conjunta dos textos é utilizada como estratégia para afirmar marcas que o próprio jornalismo se atribui: objetividade,

neutralidade, imparcialidade. Isentar-se do texto, não deixar margem à existência do Autor é, então, fundamental.

“O jornalismo é muito comumente apresentado e defendido como uma elaboração discursiva desprovida da intenção de convencer ou seduzir e preocupada apenas com o informar puro, simples, inocente e muito bem intencionado. No entanto, diversas gerações de autores têm empreendido esforços para desnudar as artimanhas sedutoras do jornalismo, que tão bem se escondem sob as nuances da sua pretensa neutralidade, construída por meio de diversos recursos enunciativos” (REIS 2002: 44).

O jornalista – que teria o papel de Autor, escritor ou narrador – se furta a assumir, a aparecer, mas é investido de uma autoridade legitimada socialmente que o capacita a abordar e enviar determinado assunto. É ele quem seleciona os episódios que serão narrados, define como tais acontecimentos serão narrados, a importância que cada um tem, as orientações que receberão, tudo sob a máscara da objetividade, recorrendo a outras autoridades.

“A supremacia narrativa adquirida pelo jornalismo se deve ao fato de constituir-se como um campo legitimado socialmente para operar funções de outros campos, num processo de especialização de competências típico da modernidade, que concedeu à mídia e ao jornalismo, em especial, o papel de narradores privilegiados, cuja tarefa é dar a conhecer aquilo que diz respeito ao mundo e ao presente que se desenrola diante dos olhos de quem dele faça parte” (REIS 2002: 37).

Para as abordagens que faz, entretanto, o jornalista recorre a outras pessoas, co-autores,

autoridades nos assuntos discutidos. Nessa coletividade nasce o produto, o texto jornalístico, o texto noticioso, a informação.

Não só nas narrativas escritas, mas também nas narrativas visuais, resultantes da disposição dos elementos, se faz o texto jornalístico. O processo de edição, com recursos fotográficos, icônicos, variações em tamanhos de fonte, escolha de palavras que entram em destaque, contribui para a autoria coletiva, juntamente com a participação de

personagens exteriores, e para a consolidação da informação tal qual deve ser recebida pelo Leitor.

Este artigo se propôs a discutir as transformações sofridas pela personagem Autor, discutir sua não-existência e chegar ao cenário jornalístico envolvendo a questão. Deixamos aqui uma questão aberta. Morreu o Autor, como vimos a partir das análises de Barthes, Foucault e Benjamin. Para eles, viveu e adquiriu grande importância o Leitor, que completava a autoria. Não pretendemos encerrar o assunto. Nossa proposta é colocar a questão em debate para reflexões futuras sobre esse polêmico tema.

Notas

1 Trabalho inédito

Bibliografias

BARTHES, Roland (1988). *A morte do autor*. In *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense. P. 65-70

BENJAMIN, Walter (1985). *O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In *Obras escolhidas I: Magia e técnica. Arte e política*. (Traducido por Sérgio Paulo Rouanet) São Paulo: Brasiliense. P.197-221

CERTEAU, Michel de (1994). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. (Traducido por Ephraim Ferreira Alves). 9ed. Petrópolis: Vozes

FOUCAULT, Michel (2001). *O que é um autor?*. In *Ditos e Escritos, III: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. (Traducido por Inês Autran Dourado Barbosa) Rio de Janeiro: Forense Universitária. P. 264-298

Hall, Stuart (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. (Org. Liv Sovik. Traducido por Adelaine La Guardia Resende (et al)). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil

MAINGUENEAU, Dominique (1995). Oral, escrito, impresso. In *O contexto da obra literária. Enunciação, escritor, sociedade*. (Traducido por Marina Appenzeller). São Paulo: Martins Fontes. P. 83-100

REIS, Ruth. *Do global ao local: o jornalismo no tempo das trocas*. Tese de doutorado apresentada à UFRJ, 2002